

Publicações da Faculdade de Filosofia  
*EXTRA Coleção*

**Humanismo Novilatino e Pedagogia - Gramáticas, Criações  
Maiores e Teatro**  
(Actas do I Congresso Internacional)  
*António Maria Martins Melo (Coord.)*, 470 págs., 1999 - Preço: € 14,95

**A Mitologia Clássica e a sua Recepção na Literatura  
Portuguesa**  
(Actas do Symposium Classicum I Bracarense)  
*António Maria Martins Melo (Coord.)*, 162 págs., 2000 - Preço: € 6,00

**Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística  
Cognitiva**  
Org. *Augusto Silva*, (2ª edição), 518 págs., 2003 - Preço: € 16,50

**Ao Reencontro de Clío e de Polímnia: Ensaio Histórico-  
Literários e Outros Estudos**  
*Amadeu Torres*, 462 págs., 1998 - Preço: € 14,95

**Gramática e Linguística: Ensaio e Outros Estudos**  
*Amadeu Torres*, 328 págs., 1998 - Preço: € 10,00

**Gramática Filosófica da Língua Portuguesa, de Bernardo  
de Lima e Melo Bacelar**  
Int. e Notas de *Amadeu Torres*, 246 págs., 1996 - Preço: € 10,00

**Gramática da Linguagem Portuguesa**  
Fernão de Oliveira, (Org. *Amadeu Torres e Carlos Assunção*),  
342 págs., 2000 - Preço: € 20,00

**Parvum Lexicon, de António Pereira de Figueiredo**  
Int. e Notas de *Amadeu Torres*  
120 págs., 1998 - Preço: € 7,50

**Congresso Internacional Damião de Góis na Europa do  
Renascimento - Actas**  
926 págs., 2003 - Preço: € 30,00

**O que é Ser Humano Cd-Rom**  
*João Carlos Major (Coord.)*, 2003 - Preço: € 15,00

**Gramática Filosófica da Língua Portuguesa, de Jerónimo  
Soares Barbosa**  
Comentário e Notas Críticas de *Amadeu Torres*  
2ª Tirag. [8ª ed.], 516 págs., 2005 - Preço: € 22,50

**Gramática e Humanismo - Actas do Colóquio de  
Homenagem a Amadeu Torres (Volumes I e II)**  
*Miguel Gonçalves, Augusto Soares da Silva, Jorge Coutinho, José  
Cândido Martins, Maria José Ferreira (Org.)*, 720 + 592 págs., 2005  
Preço: € 40,00

**Idade Média: Tempo do Mundo, Tempo dos Homens,  
Tempo de Deus**  
*José António de C. R. de Souza (Org.)*, 536 págs., 2006  
Preço: € 20,00

**Novos Horizontes para as Humanidades**  
*Augusto Soares da Silva, Ana Paula Pinto, António Martins Melo, João  
Amadeu Carvalho da Silva, J. Cândido Martins, Miguel Gonçalves  
(Org.)*, 160 págs., 2006 - Preço: € 10,00

**O Horizonte da Justiça em Alasdair Mac. Intyre**  
*João Pedro Gonçalves*, 278 págs., 2007 - Preço: € 14,50

**Fonética e Fonologia do Português**  
*Miguel Gonçalves*, 172 págs., 2008 - Preço: € 10,00

# PADRE ANTÓNIO VIEIRA

## COLÓQUIO

*José Cândido de Oliveira Martins (Org.)*

Publicações da Faculdade de Filosofia

Universidade Católica Portuguesa

Braga • 2009

PU  
EX

Hur  
Mai  
(Act  
Arti

A M  
Por  
(Act  
Arti

Lin  
Cog  
Org

Ar  
Lite  
Am

Gra  
Am

Gra  
de L  
Int.

Gra  
Feri  
342

Par  
Int.  
120

Con  
Ren  
926

O q  
Joã

Gra  
Soa  
Com  
2ª T

Gra  
Hor  
Mig  
Côn  
Preç

Ida  
Tem  
Jos  
Preç

Nov  
Aug  
Am  
(Org

O H  
Joã

Fon  
Mig

TITULO PADRE ANTÓNIO VIEIRA – COLÓQUIO  
EDICÇÃO ALETHEIA – Associação Cultural e Científica  
Faculdade de Filosofia  
Universidade Católica Portuguesa  
Praça da Faculdade de Filosofia, 1  
4710-297 BRAGA  
Telef. 253 201 200 • Fax 253 213 940  
<http://www.facfil.ucp.pt>  
CAPA Marcelo Marques  
ORGANIZAÇÃO José Cândido de Oliveira Martins  
Depósito Legal 296046/09  
ISBN 978-972-697-190-0  
Data de Edição 2009  
Tiragem 500 exemplares  
Execução Gráfica Oficinas da APPACDM de Braga - Secção de Artes Gráficas  
Quinta do Amorim – Gualtar  
Tel. 253 603 270 – Fax 253 603 277  
4710-053 BRAGA  
e-mail: [complexo.gualtar.artesgraficas@appacdm-braga.pt](mailto:complexo.gualtar.artesgraficas@appacdm-braga.pt)

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem a prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

## A Clavis Prophetarum *à luz das referências cronológicas intratextuais*

---

ARNALDO ESPÍRITO SANTO  
*Universidade de Lisboa*  
calypso@netcabo.pt

O objecto da minha comunicação é uma obra escrita em latim, que o seu Autor, o Padre António Vieira, tinha em grande apreço. «Palácio» lhe chamou, em desabono dos Sermões, que para ele não passavam de «choupanas». Considerou-a como a cornija de todo o edifício do seu pensamento, da sua obra literária, do seu esforço evangelizador e do seu projecto de construção e transformação do mundo. Com ela, por isso mesmo escrita em latim, pensou poder espalhar por toda a terra o anúncio de um mundo melhor, em paz plena, em tolerância, em felicidade, em justiça, em fraternidade, em harmonia, na união entre todos os povos, reunidos como um só rebanho sob um só pastor. Não já uma utopia extraordinária, fundada na destruição completa de todos os reinos da terra, mas no simples desenvolvimento do cristianismo, no aperfeiçoamento da humanidade, correlativo com um novo estado de consciência e de graça da Igreja. Ao primeiro estado, chamou-lhe «Reino iniciado de Cristo»; ao segundo, «Reino incompleto»; ao terceiro, «Reino consumado».

A esta obra refere-se o Padre Vieira com a designação de «quatro livros *De Regno Christi consummato*, por outro nome *Clavis Prophetarum*»; ou, mais familiarmente, com a de «a minha *Clavis*», «o meu livro», «a minha *Clavis Prophetica*». Isto na sua correspondência, a partir de 1679. Mas, antes, em 1672, numa carta enviada de Roma, tinha-lhe atribuído o título «Quinto Império, ou Império consumado de Cristo, que vem a ser a *Clavis Prophetarum*».

O primeiro problema que daqui decorre, é que as designações «Quinto Império», «*Clavis Prophetica*» e até «*Clavis Prophetarum*» são usadas não só como títulos ou subtítulos de outras obras bem determinadas, como é o caso de *Esperanças de Portugal*, *Quinto Império do Mundo*, e de *História do Futuro*

e *Quinto Império do Mundo*, mas também como referência a obras não claramente definidas, como é o caso do livro intitulado «Quinto Império» e do livro «Clavis Prophetarum», referidos no título da segunda defesa entregue ao Conselho Geral da Inquisição em 1666.

Das designações destas obras, em parte coincidentes no título e nas matérias com a *Clavis Prophetarum* escrita em latim, nasceu uma visão confusa, que levou alguns estudiosos a afirmar que a *Clavis* começou a ser escrita ora «no caminho do Rio das Amazonas», como diz Vieira em relação à carta *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*, ora nos anos em que ele teve os primeiros contactos com a comunidade judaica portuguesa da diáspora, sobretudo com Manassés ben Israel, por altura da sua segunda missão diplomática em 1647. O próprio Vieira deu azo a essas interpretações, quando escreveu na referida defesa: «O argumento ou assunto do livro que quis há muito escrever, e do qual tinha totalmente desistido, depois que me apliquei às missões, era o *Império Consumado de Cristo debaixo do nome de Quinto Império*»<sup>1</sup>. A primeira questão que se coloca é se este livro existiu realmente, ou se não passou das boas intenções ou de «pensamentos de livros»<sup>2</sup>; na verdade, «quis há muitos anos escrever» significa que quis, não que escreveu. No entanto, a expressão «tinha totalmente desistido» insinua que Vieira retomou a escrita dessa obra, depois de vir das missões, deportado pelos colonos em 1661, durante os anos que precederam imediatamente o processo inquisitorial: hipótese altamente improvável, porque pela correspondência dirigida a D. Rodrigo de Meneses, ao Marquês de Gouveia e a D. Teodósio de Melo, entre Dezembro de 1663 e Maio de 1665, se vê, em alusões envoltas no maior secretismo, que Vieira dedicou o seu tempo à redacção da primeira parte da *História do Futuro*, da qual foram enviados alguns cadernos para leitura de personalidades importantes da Corte<sup>3</sup>. Por esta mesma época foram escritos alguns papéis em português, incluídos no processo, como os que foram editados por Adma Muhana em *Apologia das coisas profetizadas*<sup>4</sup>. Nada porém que se pareça com a *Clavis Prophetarum*, quer na estrutura, quer na língua usada, o latim, quer nos destinatários a quem se dirige.

<sup>1</sup> António Vieira, *Obras Escolhidas*, prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. VI, Lisboa, Sá da Costa, 1952, p. 99-100.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>3</sup> Para o ano de 1662, temos a notícia de que Vieira – expulso do Maranhão para Lisboa em Setembro de 1661 e desterrado no Porto a partir do mês de Julho de 1662 – se ocupou em preparar a edição dos Sermões. Cf. Francisco Rodrigues, «O P. António Vieira: contradições e aplausos (À luz de documentação inédita)», *Revista de História*, vol. XI, Lisboa, 1922, p. 103-104, que refere uma carta do Padre De Magistris de 19 de Novembro de 1662 (*Bras.* 3, f. 14).

<sup>4</sup> Lisboa, Cotovia, 1994.

Este é o primeiro problema, que se pode dividir em várias questões. Primeira questão: quando e onde é que o Padre Vieira efectivamente escreveu uma obra em quatro livros, em latim, à qual se refere, antes do seu regresso definitivo ao Brasil, com as designações de «a minha obra», «a minha Clavis»? Segunda questão: qual é a relação temática entre essa obra e a restante produção literária de matriz profética? Quais são os pontos de ruptura e de continuidade que as atravessam? Será que a *Clavis* não passa de um sucedâneo do projecto da *História do Futuro*? Ou, por outras palavras, será que Vieira ficou toda a vida à espera da ressurreição de D. João IV para ver surgir o Quinto Império português? Terceira questão: dado que o original da *Clavis* se extraviou ou perdeu definitivamente, e que a conhecemos pela cópia enviada para Roma em 1699, profundamente censurada, que confiança nos merece o texto transmitido por uma outra cópia que diz, no título, ter sido feita a partir do confronto entre o exemplar enviado para Roma e o original? A maioria dos manuscritos existentes deriva desta segunda cópia. Além disso, como Vieira em carta escrita em 12 de Julho, seis dias antes da sua morte, afirma claramente que a *Clavis* estava inacabada e que esperava «no próximo ano dar a última demão» à sua redacção «e colocar-lhe um ponto final», não faltou quem considerasse que o estado em que chegou até nós é obra de um falsário.

A estes problemas correspondem outros tantos temas de investigação. Seria impossível responder a todas as questões no âmbito de uma comunicação limitada em tempo. O meu contributo para a solução de todas elas, globalmente, é tentar demonstrar, com provas: em primeiro lugar, que a *Clavis Prophetarum* é uma obra independente, com uma estrutura própria, e que começou a ser escrita em Roma a partir de 1670/71; em segundo lugar, que o seu plano, previsto para ser completado em quatro livros, ficou reduzido a três livros, dos quais o primeiro trata do Reino de Cristo, o segundo da sua consumação e o terceiro das suas excelências e prerrogativas; e em terceiro lugar, que em Roma foi concluído o Livro I, que aí mesmo foi redigida grande parte do Livro II e foram elaborados ainda alguns materiais pertencentes ao actual Livro III.

Uma parte importante da história da *Clavis* foi contada pelos Padres Francisco Rodrigues e Serafim Leite, à luz de documentos que se lhe referem, principalmente a partir do último ano da vida de Vieira<sup>5</sup>. Nada tenho a acrescentar ao que dizem sobre a elaboração da cópia enviada para Roma e do posterior envio do original, com passagem por Lisboa, onde, por ordem da Inquisição, foi submetido a uma análise minuciosa levada a cabo pelo Padre

<sup>5</sup> Francisco Rodrigues, 1922 (ver nota 3); Serafim Leite, «O P. António Vieira e as Ciências Sacras no Brasil. A Famosa *Clavis Prophetarum* e seus Satélites», *Revista Verbum*, Tomo I, Fasc. 3-4, Dez. de 1944, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945, pp. 257-279.

António Casnedi. Insiro apenas um esclarecimento. O Padre Francisco Rodrigues afirma, em relação à cópia enviada para Roma, que «deve ter sido este o exemplar apresentado aos censores, que deram o juízo da obra, mas para o deante perde-se o rasto do manuscrito»<sup>6</sup>. Hoje, este manuscrito está perfeitamente identificado como sendo o *Casanatense* 706, que tenho utilizado na edição crítica, em curso, da *Clavis*, de que já foi publicado o Livro III<sup>7</sup>.

Outros especialistas, entre os quais Margarida Vieira Mendes, voltaram ao assunto<sup>8</sup>. Mais recentemente, e de outro ponto de vista, Silvano Peloso desenvolveu estudos centrados no período em que decorreu o processo inquisitorial, procurando ligar a redacção dos primeiros materiais da *Clavis* a essa fase e até aos anos imediatamente anteriores<sup>9</sup>.

Pela minha parte, fixar-me-ei nas referências cronológicas intratextuais, isto é, contidas no texto da própria *Clavis*. Este estudo ainda não foi feito, que eu saiba, e é fundamental para assentar em bases sólidas o lugar e a data da sua composição, ou pelo menos de uma parte importante dela. Farei, além disso, o cruzamento desses dados com as referências, bem conhecidas, contidas na correspondência de Vieira de 1679, na edição do Tomo I dos Sermões, que veio a lume na mesma data, e com o relatório elaborado pelo Padre Casnedi.

O que podemos dizer relativamente à ordenação e cópia dos materiais deixados pelo Padre Vieira resume-se nas seguintes observações. Em primeiro lugar, o Padre Bonnucci demorou cerca de um ano a pôr os materiais em ordem. Em segundo lugar, tinha consciência de que o exemplar, por ele copiado, que seguira para Roma, estava inacabado, como uma pintura que não levara a última demão. Já não se fala de Livro Quarto. Na «Lista dos manuscritos do P. António Vieira, que se encontraram no seu quarto»<sup>10</sup>, elaborada

<sup>6</sup> Francisco Rodrigues, *Op. cit.*, p. 113.

<sup>7</sup> Padre António Vieira, *Clavis Prophetarum, Chave dos Profetas*, Livro III, Edição crítica de Arnaldo do Espírito Santo, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000.

<sup>8</sup> Margarida Vieira Mendes e Rita Marquilhas, «A Quarta Mão: um Manuscrito de *Clavis Prophetarum* do Padre António Vieira», *Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 9 1º semestre de 1995, Rio de Janeiro, pp. 13-21.

<sup>9</sup> Silvano Peloso, *Antonio Vieira e l'impero universale. La Clavis Prophetarum e i documenti inquisitoriali*, Viterbo, Sette Città, 2005.

<sup>10</sup> «Index Manuscriptorum P. Antonii Vieyra, quae post mortem in ejus cubiculo inventa sunt:

1. Clavis Prophetarum de Regno Christi in Terris consummatum Libri tres. 1º. agit de ipso Christi Regno, hoc est de ejus in terris consummatione; 2º de tempore quo et quando consumandum est, et quandiu duraturum est. Horum 1º et 2º fere absoluti sunt. 3º perficiendo allaborabat. Pro quo absolvendo extant:

2. Promptuarium 1ºº de vera Prophetia et Judaeorum conversione

3. Promptuarium secundum de Generali mundi conversione, hoc est gentium, Haereticorum, et Judaeorum.

após a sua morte, fala-se de três livros e na entrelinha foi acrescentado «e meditava num quarto livro» (*et quartum meditabatur*). Diga-se de passagem que este acrescento não faz sentido nenhum numa lista que descreve objectos concretos, materialmente presentes ao relator. Ou havia esses materiais escritos, ou não havia.

Todas as cópias que nos foram transmitidas são constituídas por três livros. Porquê? Provavelmente porque o Padre Bonnucci se limitou a copiar os cadernos como tinham sido deixados por Vieira, não se atrevendo a criar um quarto livro que ainda não tinha epígrafe, apesar de dizer explicitamente, numa carta de 7 de Julho de 1697, pouco antes da morte de Vieira, que a obra se dividia em quatro livros<sup>11</sup>. A mesma divisão em três livros foi assumida por António Casnedi em 1715 ao fazer uma sinopse do Original da *Clavis* a pedido do Inquisidor-Geral, D. Nuno da Cunha Ataíde. Assim, a *Clavis* chegou até nós como obra inacabada, tal como se lê no título de todos os manuscritos. De que um quarto livro esteve na mente de Vieira, não há dúvida. De que esse livro trataria das prerrogativas do Reino de Cristo Consumado na Terra, também não há dúvida. E não ficou apenas em ideias, pois que terá sido escrito algum material que foi incluído por Bonnucci no Livro III, ou no segundo, como devia ser o caso do tratado da Paz Messiânica, do da Longevidade das pessoas no Reino de Cristo Consumado, bem como, talvez, do da Restauração do Templo de Ezequiel e dos sacrifícios judaicos, que constituem, respectivamente, os capítulos XIII, XIV e XI do Livro II<sup>12</sup>. Não podemos afirmá-lo com segurança. O que podemos afirmar é que aquilo que nos foi transmitido foi efectivamente escrito ou ditado por Vieira. Uma parte foi mesmo preparada, para uma futura edição, por ele e por Bonnucci; o exemplar copiado por Bonnucci a partir do original e enviado para Roma em 1699, que se conserva na Biblioteca Casanatense, reproduzia, antes de ser rasurado pela censura, o texto de Vieira no estado de organização e inacabamento em que se encontrava no dia da sua morte.

As dúvidas que têm surgido a este respeito derivam do facto de os investigadores não terem tido acesso a uma edição, e muito menos a uma tradução, da *Clavis Prophetarum*. Grande parte do que se tem dito resulta da análise

4. Promptuarium 3ºº Fragmentorum ad Christi Regnum spectantium.»

A seguir a «allaborabat», na entrelinha, por cima de «Pro quo absolvendo», foi acrescentado: «et quartum meditabatur». (Arch. Rom. Soc. Iesu F.G. 721/I./1, doc 14.)

<sup>11</sup> Arch. Rom. Soc. Iesu, *Bras. 4*, doc. 18. Cf. Francisco Rodrigues, *op. cit.*, p. 114.

<sup>12</sup> O Padre Francisco Rodrigues, que não conheceu o exemplar enviado para Roma por Bonnucci – o qual apresenta a mesma organização textual que os restantes manuscritos – dando crédito absoluto às suas palavras propõe a seguinte estrutura: «Segundo esta divisão, o livro primeiro dos exemplares que examinámos, coincide com o livro primeiro de Bonucci; o livro terceiro deve passar para segundo; o segundo livro até o capítulo décimo formará o terceiro, e os capítulos 11, 12, 13 e 14 do segundo passarão a fazer parte do quarto.» (*Op. cit.*, p. 114).

de testemunhos e de referências, quer do próprio Vieira nas suas cartas e nas peças que constam do seu processo no Tribunal da Inquisição, quer da correspondência de outros jesuítas com o Superior Geral da Companhia de Jesus, mas não de uma análise ponderada e directa de todos os pormenores da obra.

Na verdade, uma leitura atenta da *Clavis* dá indicações preciosas sobre o estado da sua redacção; por exemplo, no ano de 1673, estando em Itália, foi escrita a página 505 do Manuscrito da Gregoriana 359, onde se lê: «Daf se deduz, recta e legitimamente, que também nós podemos, neste ano de 1673, afirmar com não menos verdade que outrora os Profetas, segundo a mesma regra e o mesmo pensamento, [...]»<sup>13</sup>. Esta indicação cronológica está perfeitamente de acordo com uma carta escrita por Vieira a D. Rodrigo de Meneses em 22 de Outubro de 1672, na qual anuncia: «Tenho em grande altura um livro latino intitulado o Quinto Império, ou Império consumado de Cristo, que vem a ser a *Clavis Prophetarum*; e ninguém o lê sem admiração, e sem o julgar por importantíssimo à inteligência das escrituras proféticas»<sup>14</sup>.

Vieira faz notar três coisas: primeiro, que se trata de uma obra escrita em latim, o que nos impede de a confundir com papéis anteriores escritos em português; segundo, que esse livro estava em fase avançada da redacção, a ponto de ser lido e admirado por aqueles que o liam; terceiro, que é «importantíssimo» para a interpretação das profecias bíblicas. Quanto ao título que indica, «O Quinto Império, ou Império consumado de Cristo, que vem a ser a *Clavis Prophetarum*», prevaleceu nos manuscritos divulgados a partir do original o título *Clavis Prophetarum*, seguido da explicação de que esta «obra-chave» vem abrir o sentido das Profecias com o fim de se alcançar o verdadeiro conhecimento do Reino de Cristo Consumado na Terra. Em termos mais directos o que se depreende das palavras de Vieira, e se conservou no título divulgado, é que a *Clavis* é uma obra hermenêutica, que vem revelar o que há muito está anunciado: a consumação do Império de Cristo na Terra. Contudo, «Quinto Império» e «Império de Cristo» foram substituídos no título das cópias manuscritas por «Reino de Cristo Consumado na Terra», embora ao longo do texto da *Clavis* seja frequente a expressão «Império de Cristo» e embora Vieira se empenhe em demonstrar que esse império é «O Quinto» na ordem da sucessão dos impérios. Atrevo-me a dizer que houve nisto uma intenção muito clara de marcar as distâncias entre aquilo que escreveu sobre o Quinto Império português e o Reino Universal de Cristo estendido a toda a terra. O que não quer dizer que algumas das ideias e dos materiais recolhi-

<sup>13</sup> «Vnde recte ac legitime infertur posse nos quoque hoc ano 1673 non minus vere quam olim prophetae ex eadem regula sententiaque affirmare.»

<sup>14</sup> Padre António Vieira, *Cartas*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, tomo segundo, p. 504.

dos, na Bíblia, nos Padres da Igreja e nos teólogos, etc., para a redacção da *História do Futuro* e de outras obras de Vieira, não tenham sido retomados na redacção da *Clavis Prophetarum*. Poderia dar muitos exemplos.

O manuscrito, em que aparece a referência, na página 505, ao ano de 1673, tem 682 páginas; admitamos provisoriamente que não é legítimo nem prudente concluir daí que o texto correspondente a essas 505 páginas estava redigido e concluído. Mas que havia um «livro latino» que era lido e admirado, disso não há dúvida. Mais ainda: há a certeza de que o texto correspondente à página 194 do manuscrito 359 da Biblioteca Gregoriana foi escrito no ano de 1671. Este texto faz parte e, como veremos, fazia já parte do capítulo X do Livro I. Essa página foi escrita no dia da Canonização de S. Luís Beltrán, Dominicano, missionário na Colômbia, Panamá e Antilhas<sup>15</sup>. Vieira refere-se ao ambiente de júbilo que nesse dia se viveu na Cidade Eterna e aproveita para fazer o elogio da acção dos Reis Católicos e de Cristóvão Colombo na gesta dos Descobrimentos, recordando no entanto que foi Cristo, presente no governo da sua Igreja, do seu Reino ainda não consumado, que promoveu que homens «ferventísimos spiritu», grandes Missionários como S. Luís Beltrán, se dedicassem por inteiro à salvação dos Índios. O universalismo da pregação é o que importa agora na *Clavis*, não o Quinto Império português.

Após ter escrito em Roma estas duas partes, Livro I e parte importante do Livro II, se não todo ele, segundo o testemunho de 1673, Vieira viveria ainda 24 anos. É mais que provável que durante esses 24 anos tenha continuado, posto que com intermitências, as suas elucubrações e a sua redacção, provavelmente ainda em Roma durante o ano de 1674 e em Lisboa a partir de 1675, se dermos crédito absoluto às suas palavras, escritas muito mais tarde a 27 de Junho de 1696: «E, estando eu em Lisboa todo aplicado à obra, a força de Castela e Portugal me a tiraram das mãos, querendo que em lugar de palácios altíssimos me ocupasse em fazer choupanas, que são os discursos vulgares que até agora se imprimiram»<sup>16</sup>. Vieira refere-se à fase em que esteve em Lisboa, entre 1675 e 1680.

E depois? Quando voltou Vieira a pegar na *Clavis*? Resposta difícil de obter. Apesar disso, continuaremos a seguir Vieira nas suas Cartas e confrontaremos as suas alusões à *Clavis* com o texto dela, perscrutando assim o que já estava redigido na data em que se lhe refere. De vez em quando perscruta-

<sup>15</sup> «Neque minori providentia Ferdinandi et Elisabethae catholicorum Regum auspiciis, et Columbi audaci navigatione Occidentalibus Indiis detectis, ad illarum gentium salutem strenue procurandam ferventissimos spiritu viros Christus permovit, atque in his praestantissimum Dominicanae familiae duces Ludovicum Bertrandum, quem ipsa die, qua haec, Aprilis 12, scribimus, anno 1671, doctrina et miraculis illustrem magno orbis christiani desiderio et Romanae Urbis plausu Sanctorum albo adscripsit Clemens X, si quis alius inter Romanos Pontifices de caelitibus optime meritus.»

<sup>16</sup> *Cartas* 3, p. 701.

remos também o relatório que, sobre o original contido na caixa chegada a Lisboa, foi elaborado pelo Padre António Casnedi, em 1715.

Entretanto, fixemo-nos nesse período que vai de 1675 a 1680. Uma vez em Lisboa, de onde partira em Agosto de 1669 e aonde regressou em finais de Agosto de 1675, uma ausência de seis longos anos de saudades, Vieira parece ter-se dedicado a tempo inteiro à preparação do Primeiro Tomo dos Sermões que vieram a lume em 1679, mas cujos originais foram entregues a D. Pedro em 1677, acompanhados por uma carta de 21 de Julho. Depois vieram as licenças, depois as provas. E, logo que acabou de preparar a edição do Primeiro Tomo, Vieira deve ter-se lançado na do Segundo. Mesmo assim há, nesta época, três referências importantes à *Clavis*.

A primeira não passa de uma promessa, uma belíssima promessa, endereçada ao «Leitor» do Primeiro Tomo dos Sermões, nestes termos:

«Por fim não te quero empenhar com a promessa de outras obras; porque se bem entre o pó das minhas memórias, ou dos meus esquecimentos, se acham (como na oficina de Vulcano) muitas peças meio forjadas; nem elas se podem já bater por falta de forças, e muito menos aperfeiçoar, e polir, por estar embotada a lima com o gasto, e gastada com o tempo. Só sentirei que este me falte para pôr a última mão aos quatro Livros Latinos *de Regno Christi in terris consummato*, por outro nome, *Clavis Prophetarum*, em que se abre nova estrada à fácil inteligência dos Profetas, e tem sido o maior emprego de meus estudos. Mas porque estes vulgares são mais universais, o desejo de servir a todos, lhes dá por agora a preferência»<sup>17</sup>.

Se acreditarmos à letra no que diz Vieira (o que não é fácil nem prudente, depois de verificarmos que uma parte importante da obra estava já redigida em Roma em 1673), em 1677, data do prefácio ao Leitor, a *Clavis* consta apenas de algumas partes meio redigidas, e que precisam ainda de ser aperfeiçoadas e polidas; além disso, o material já redigido está programado para quatro livros; como na carta de 1672, acima citada, Vieira insiste em que se trata de uma obra escrita em latim; e quanto ao título, ele próprio abandona a designação «Quinto Império», para se fixar na de «*De Regno Christi in terris consummato*, por outro nome, *Clavis Prophetarum*»; reitera, além disso, que se trata de uma obra de hermenêutica bíblica, que abrirá novas perspectivas à interpretação dos Profetas, «estudo» em que se tem empenhado, mas que agora está suspenso para dar prioridade à edição dos Sermões.

A segunda e a terceira menção da *Clavis* são de 1679, dois anos depois da anterior, uma de Março, outra de Maio, em duas Cartas escritas em resposta

<sup>17</sup> Padre António Vieira, *Sermões I*, Direcção Científica de Arnaldo do Espírito Santo, Coordenação do Tomo I de Aníbal Pinto de Castro e Arnaldo do Espírito Santo, Fixação do Texto de Arnaldo do Espírito Santo, Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel, Ana Paula Banza, Lisboa, CEFi- INCM, 2008, p. 8.

a outras duas que recebera de Duarte Ribeiro de Macedo. Vieira não fala, pois, *ex professo*, da *Clavis* como quem está a trabalhar nela, mas apenas motivado pelas notícias e pelas questões que lhe foram colocadas pelo seu correspondente, então embaixador de Portugal na Corte de Madrid.

Na carta que motivou a resposta de Vieira de 6 de Março, Ribeiro de Macedo colocava a questão «da vinda de Cristo ao mundo em sua própria pessoa, posto que seja no estado que teve depois da sua ressurreição». Vieira responde que é um assunto «notável» e «difícil», e que não acredita que o livro em que tal se afirma tenha sido aprovado pela Inquisição em Espanha. E acrescenta que ele próprio tratou «esta questão *ex professo*» «no capítulo XI da primeira parte» do seu livro, isto é no capítulo XI do Livro I da *Clavis Prophetarum*. No mesmo passo acrescenta Vieira: «e argumentando pela parte afirmativa, que foi de muitos padres da primitiva Igreja, mostro que nem seria indecente à pessoa de Cristo, nem enquanto Deus nem enquanto homem, e aponto grandes conveniências e quase necessidade de haver de ser assim, mas por diferente modo e por diferente tempo do que o supuseram os antigos».

Esta afirmação é extremamente importante para a história do texto da *Clavis*, da sua redacção e da sua transmissão. Ao contrário do que escrevera em 1677, no prefácio ao Leitor, onde se falava, relativamente à *Clavis*, de «muitas peças meio forjadas», deparamos agora, dois anos depois, com a afirmação categórica da existência de um Livro Primeiro dividido em 12 capítulos como veremos, onde há matérias tratadas *ex professo*. Será legítimo duvidar desta afirmação de Vieira? Não! Não é legítimo, porque é exactamente essa matéria, tratada *ex professo*, que se lê no Livro Primeiro, capítulo XI dos manuscritos da *Clavis*, quer da cópia enviada para Roma, via Lisboa, em 1699, quer das que se reclamam descendentes do Protótipo enviado para o mesmo destino em uma caixa, também via Lisboa, por volta de 1714<sup>18</sup>, e que esteve durante algum tempo na posse do Cardeal D. Nuno da Cunha. E, mais ainda, um precioso testemunho do Padre António Casnedi, na qualificação emitida em 1715, atrás referida, confirma que o Livro Primeiro está perfeitíssimo e consta de 12 capítulos.

Acerca da temática contida no Primeiro Livro, diz o mesmo Padre Casnedi que trata do poder de Cristo Senhor, como Rei<sup>19</sup>. Vieira, porém, cingindo a questão mais de perto diz que o assunto é a vinda de Cristo ao mundo «em sua própria pessoa», e que optou «pela parte negativa, por ser mais conforme ao sentir comum da Igreja». Ora é precisamente disso que se fala no capítulo

<sup>18</sup> Cf. Francisco Rodrigues, *Op. cit.*, p.113.

<sup>19</sup> P.º António Vieira, *Obras Escolhidas*. Prefácios e Notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, Volume IX, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1953, p. 235: «Undequaque perfectus constat undecim quaternionibus, in duodecim capita distributis, tractat de Christi Domini ut regis potestate».

XI do Livro Primeiro, nestes termos: «Deve, portanto, dizer-se o que dizemos: que essas palavras dos Profetas dizem respeito ao tempo que medeia entre os dois adventos, tempo que continua desde a sua ressurreição e ascensão ao Céu. Neste tempo do meio, Cristo dirige e governa todas as coisas, segurando um ceptro de ferro, isto é, recto e inflexível, defendendo os pobres, humilhando os caluniadores, depondo os poderosos do seu trono, derrotando exércitos, transferindo Reinos, e tudo o mais dirigindo segundo o seu juízo e arbítrio, justo e oculto, como se explicará no parágrafo seguinte.» E, mais à frente, já no capítulo XII, encontra-se o passo a que Vieira se refere quando fala do sentir comum da Igreja: «Todavia é imperioso dizer que nunca Cristo há-de descer do céu para morar permanentemente com os homens; ou para administrar o seu Reino na terra, pública e visivelmente. Esta conclusão é certa e a mais aceite em toda a Igreja, e comum a todos os Padres que floresceram desde o século quarto, à excepção de Boécio»<sup>20</sup>.

Podemos, por conseguinte, acrescentar às palavras escritas por Casnedi, em 1715, que o Livro Primeiro já estava perfeitíssimo em Março de 1679, e talvez já em 1671. Para termos uma ideia da sua dimensão, o Livro I corresponde a 241 páginas de um total de 682, um pouco menos de um terço do total da *Clavis*.

Mas voltemos um pouco atrás, ao ponto em que Vieira declara que, quanto à vinda de Cristo ao mundo «em sua própria pessoa», optou «pela parte negativa, por ser mais conforme ao sentir comum da Igreja». No fundo, seguir a parte negativa «por ser mais conforme ao sentir comum da Igreja e por ter por mais dificultoso que ela haja de admitir tal doutrina», se não é uma convicção profunda, é pelo menos uma opção assumida ao longo da *Clavis*. Pelo menos em Portugal, a censura inquisitorial julgava e condenava aplicando uma bitola muito estrita a qualquer tipo de exposição, reflexão ou comentário que versasse sobre conteúdos da Fé. Na Itália, e mesmo na vizinha Espanha, as coisas passavam-se de maneira diferente.

E Vieira recorda um papel impresso que, uns dias antes de escrever esta carta, lhe chegara às mãos<sup>21</sup>. Era um extracto, sem nome do impressor nem

<sup>20</sup> «Nihilominus dicendum est nunquam Christum e caelo descensurum ut cum hominibus permanenter commoretur, aut Regnum suum in terris publice ac visibiliter administret. Haec conclusio est certa et receptissima in tota Ecclesia, et communis omnium Patrum qui a quarto Christi saeculo floruerunt, si unum excipias Boetium.»

<sup>21</sup> Em carta de 28 de Março, Vieira esclarecia como o papel lhe tinha chegado às mãos, sem nunca dizer o nome de quem lho trouxera, que era um frade franciscano português, que tinha sido jesuíta e concluído os estudos no Brasil. Esse frade informou Vieira de que a obra do Padre Tenório tinha estado três anos na Inquisição e que finalmente saíra aprovada e que também tivera a aprovação de Roma. Sobre esses livros terá exclamado o Bispo do Porto que aquelas proposições eram iguais às do Padre Vieira «e que se não havia de dar licença para que tais livros se lessem em Portugal» (*Cartas* 3, p. 283).

lugar onde se imprimiu, da obra do franciscano Padre Gonçalo Tenório, Pe ruano, a qual tem o título, bem barroco, *Idea*. Pelo papel que leu, Vieira fez a recensão da obra.

Em primeiro lugar reconhece que o assunto, segundo as suas próprias palavras, «simboliza em parte com o da minha *Clavis Prophetarum*». Discorda, porém, dos textos com que o Padre Tenório argumenta e da conclusão, onde diz «que a conversão universal do mundo será quando se definir o mistério da Imaculada Conceição.» Não é convincente, diz Vieira. E continua: «E nesta parte me parece não poderá ter aprovação, não só do tribunal, mas nem de pessoa douta». À força de passar pelos interrogatórios, Vieira aprendeu a conhecer o que passa e o que não passa no tribunal da Inquisição.

Em toda esta recensão é importante o ponto da afinidade, reconhecida por Vieira, entre a *Idea* do Padre Tenório e a sua *Clavis*. E qual é esse ponto? A conversão universal do mundo. De facto esse ponto estava na *Clavis*, já escrito, já tratado. Daí a afinidade. E onde? Precisamente no capítulo IX do Livro III, capítulo intitulado: «Em que tempo simultaneamente, ou em que tempos separadamente se deve realizar a conversão universal de todo o mundo à fé?»<sup>22</sup> Devemos inferir deste indício que o Livro III estava já concluído e organizado em capítulos? Nada nos obriga a tirar tal conclusão. Pelo contrário, o facto de Vieira não especificar nem o livro nem o capítulo em que tal matéria se encontrava tratada, leva-nos a admitir que tal matéria estava, de facto, tratada, mas ainda não arrumada. Esta parte seria a tal que Vieira refere no «Prefácio ao Leitor» como «as partes meio forjadas», que precisam de aperfeiçoamento. Na verdade, uma referência interna da própria *Clavis* parece confirmar este ponto de vista.

Com efeito, no Livro III, no capítulo VI, que trata da «Propagação do Evangelho»<sup>23</sup>, Vieira informa-nos de que, por aqueles dias em que estava a escrever este capítulo, o Rei de Portugal mandou construir uma fortaleza no mar Atlântico e enviou, para a guarnecer, uma companhia de duzentos soldados, dos quais, no espaço de um mês, morreram todos menos um. Segundo a documentação e os estudos disponíveis, trata-se da fortaleza de Santo António da Ponta da Mina, na ilha do Príncipe, mandada edificar por D. Pedro sobre umas ruínas anteriores, no ano de 1695. Não tenho notícia da morte de todos os soldados da guarnição, menos um, no espaço de um mês. Mas há notícia de que, por esses anos, uma colónia de corsários holandeses foi completamente dizimada pelo péssimo clima daquelas paragens, fatal para europeus. Sabemos que Vieira, em 1695, se dedicava a acabar a *Clavis*, tanto

<sup>22</sup> «Vniversalis totius mundi conversio ad fidem quo tempore simul, vel quibus divisim temporibus adimplenda sit?»

<sup>23</sup> «Evangelii propagatio ad complementum, quod postulat omnium gentium fides, quibus mediis promovenda sit?»

quanto a saúde e a preparação dos dois últimos volumes dos Sermões lho permitiam. A conclusão a tirar é que, não obstante haver partes do Livro III redigidas em 1679, outras foram escritas ou buriladas na Quinta do Tanque, na Baía. Seriam esses, porventura, os materiais «ainda meio forjados».

Mas voltemos ao ano de 1679, ano em que de Lisboa escreve, a 1 de Maio, a carta a Duarte Ribeiro de Macedo, em resposta a outra que este lhe remetera de Madrid, com data de 13 de Abril. O Padre Vieira começa por se regozijar com a notícia de um encontro, uma conversa, uma «conferência», segundo as suas palavras, que Ribeiro de Macedo tivera com o Padre Tenório em pessoa, homem de grandes virtudes, que é o que Vieira mais estima. Nessa «conferência» veio à baila o Padre António Vieira e, naturalmente, a sua obra, e mais especificamente alguma matéria da sua obra profética mais próxima da do Padre Tenório, isto é, da *Clavis*. Ribeiro de Macedo tinha, pelo menos, notícia dela.

O Padre Tenório manifestou desejo de comunicar com Vieira, o que não deixava de ser lisonjeiro. Vieira responde que também ele tinha desejado o mesmo, quando fizera tenção de passar pela corte de Madrid. Sente-se na carta de Vieira um diálogo em diferido, como se pretendesse que Ribeiro de Macedo comunicasse ao Padre Tenório que, palavras de Vieira, «a semelhança dos pensamentos e dos trabalhos naturalmente causa afecto». Esta cortesia em diferido provocou uma certa aproximação entre os dois. Embora não seja conhecida nenhuma carta que Vieira tenha endereçado ao Padre Tenório, são várias aquelas em que lhe faz referência<sup>24</sup>. Desconheço, porém, que lhe seja feita qualquer alusão na obra profética de Vieira, a não ser uma, muita indirecta, ao dogma da Imaculada Conceição, e não na *Clavis*, mas sim na *História do Futuro*. Aí diz Vieira: «A opinião do Reino Temporal de Cristo e da Conceição imaculada de sua Mãe se acompanharam no mesmo tempo na mesma fortuna, e ambas ao fim, se não têm triunfado, já têm vencido»<sup>25</sup>. Aliás, uns quinze anos depois, em carta de 6 de Março de 1679, Vieira distancia-se desta associação, dizendo, em tom de crítica, que não achava fundamento algum para ligar a conversão universal à proclamação do dogma da Imaculada Conceição<sup>26</sup>. É, no entanto, com certa amargura que declara que a Inquisição Portuguesa usou para com ele de uma dureza que não tem parelha na relativa suavidade com que a Inquisição Espanhola examinou a obra do Padre Tenório, ainda que mal argumentada e sem fundamentos sólidos: «Bem pudera este Tribunal, como esse, examinar as minhas opiniões ou esperanças sem me privar da quietação da minha cela, como a ele, mas o zelo

<sup>24</sup> *Cartas* 3, pp. 372, 382, 383, 390, 392, 415, 419.

<sup>25</sup> António Vieira, *História do Futuro*, Introdução, actualização do texto e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, INCM, 1992, p. 299.

<sup>26</sup> *Cartas* 3, p. 372.

e as letras da nossa terra não são nem querem ser como as das outras partes da Igreja Católica»<sup>27</sup>.

E, passando directamente à crítica das opiniões do Padre Tenório, discorda de uma segunda vinda de Cristo «em presença visível e permanente», porque só a admite «em espírito», entendendo que a primeira vinda foi *ad redimendum*, a segunda *ad reformandum* e a terceira *ad judicandum in gloria*. Quero salientar a importância de que se revestem estas expressões em latim para o meu propósito; essa importância vem do facto de que tais expressões – *ad redimendum*, *ad reformandum*, *ad judicandum* – ocorrem no Livro II, capítulo X. Ora, constituindo este capítulo uma unidade, lógica e discursivamente inseparável da sequência dos capítulos V-X, estando escrito o capítulo X, estavam também os capítulos V, VI, VII, VIII e IX. Na verdade os capítulos V a X tratam, gradativamente, das provas do terceiro e último estado da Igreja: a afirmação da existência desse estado (cap. V) prova-se com a opinião dos teólogos do séc. XVII (cap. VI), confirma-se com a autoridade dos Santos Padres (cap. VII), comprova-se com as Escrituras (cap. VIII), está anunciada no Antigo Testamento (cap. IX) e, finalmente, está prefigurada no Novo Testamento (cap. X). O que podemos deduzir desde já, é que este núcleo, parte essencial do Livro II, estava também redigido em 1679.

É isto o que nos diz a leitura do texto da *Clavis*, confirmada pelo cruzamento das referências paralelas contidas nas cartas. Mas voltemos a olhar para o original que chegou a Lisboa em 1714. Segundo o relatório que dele fez o Padre António Casnedi, o Livro II estava tão desorganizado que, tendo ele diante de si um molho de cadernos só com o primeiro capítulo numerado, exclamou entre perplexo e desanimado, congeminando um processo para os aglutinar: «Hinc, an reliqui soluti tractatus, nullo capitum numero notati, ad secundum, an ad tertium librum spectent, ex sola materiae connexionem hauriendum est»<sup>28</sup>. Em tradução: «Se os restantes tratados, soltos, sem estarem marcados com nenhuma numeração de capítulos, pertencem ao segundo ou ao terceiro livro, só pela relação da matéria entre si se pode reconhecer.» Note-se, de passagem, que no exemplar enviado para Roma aparecem numerados os três primeiros capítulos, facto que indicia alguma intervenção do organizador desse exemplar, isto é, do Padre Bonnucci.

Identificado que estava, pois, o primeiro capítulo, Casnedi lança-se na descrição do tratado «De Sanctitate ultimi status Ecclesiae» («Da Santidade do último estado da Igreja»), que na verdade corresponde ao actual capítulo XII. Do terceiro caderno, que continha o «De Pace Messiae» («Da Paz Messiânica»), cita um passo elucidativo quanto à sua localização no conjunto da obra. Diz o seguinte em tradução: «Mas devemos trazer à memória tudo aqui-

<sup>27</sup> *Cartas* 3, p. 392.

<sup>28</sup> António Vieira, *Obras Escolhidas*, Volume IX, p. 239.

lo que temos dito em todo este segundo livro, acerca do terceiro estado da Igreja e das suas prerrogativas e excelências»<sup>29</sup>. Por esta declaração de Vieira fica esclarecido que o conjunto desses cadernos do tratado da «Santidade do último estado da Igreja» e do tratado da «Paz Messiânica» pertence ao Livro II. O que significa que esses cadernos que chegaram às mãos de Casnedi em estado de desorganização total, estiveram outrora organizados segundo uma distribuição em livros e em tratados que viriam a formar outros tantos capítulos, como se deduz da numeração do primeiro tratado. O que não advertiu Casnedi, foi que a indicação que constava da primeira página do terceiro caderno, tratado da «Paz Messiânica», implicava, nas palavras «aquilo que temos dito em todo este segundo livro», que esse tratado devia ser forçosamente um dos últimos capítulos. Do que se infere, apodicticamente, que os capítulos anteriores já estavam redigidos. Ora, como o tratado da «Paz Messiânica» foi redigido em 1673, segundo uma datação interna ao próprio texto, como vimos, há uma grande probabilidade de o Livro Segundo ter sido todo ele redigido em Roma, ou, pelo menos, em grande parte. Em outra informação, também contida no tratado da «Paz Messiânica», Vieira confessa que havia 30 anos que começara a elucubrar, fundamentando-se nas Sagradas Escrituras, que era possível ter esperança na paz universal, solidamente aliçada, longamente mantida desde que todos os homens estivessem unidos numa só fé, no culto e na observância comum da religião, no esforço comum pela justiça e pela equidade, no amor para com Deus e para com os homens, num mundo, enfim, em que a graça celeste jorrasse em abundância e promovesse, aumentasse, conservasse e realizasse plenamente toda esta obra.

Pela forma como formula esta doutrina, ou esta aspiração profunda, apelando à fé comum, ao esforço comum, «concurrente simul communi omnium fide», «communi iustitiae et aequitatis studio», elimina uma outra solução alternativa, outrora exposta por ele e corrente no seu tempo, concretamente nos teorizadores do imperialismo espanhol do séc. XVI, que consistia na união de dois poderes, um temporal, outro espiritual, os quais, reinando de mãos dadas, legislando para todo o orbe e exercendo o poder, conseguiriam estabelecer a paz universal. Vieira não pretende defender agora uma solução para a humanidade que passe «apenas pela união de dois homens de comum acordo, reinando e exercendo em toda a terra o poder temporal e espiritual, como que de mãos dadas»<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> «Sed recolendum memoria est quicquid toto hoc secundo libro de tertio Ecclesiae statu eiusque dotibus et praecellentibus diximus.» Esta citação do original, feita quando este se encontrava em Lisboa, corresponde exactamente ao texto do exemplar enviado para Roma.

<sup>30</sup> «ex sola unione duorum hominum communi consensu in toto orbe regnantium et utramque potestatem, veluti datis manibus, temporalem spiritualemque exercentium».

Trinta anos antes de 1673, significa que Vieira, na década de 40 do século XVII, iniciou as suas primeiras meditações sobre a forma de edificar um mundo melhor, um mundo de paz, que só era possível com a pregação do Evangelho e com a conversão de todos os povos a Cristo. Com muita probabilidade, essas meditações ou elucubrações, como tem sido sugerido por outros investigadores, foram motivadas pelos contactos de Vieira com o messianismo judaico protagonizado pelo rabi português Manassés ben Israel. Os primeiros frutos dessas elucubrações brotaram na carta *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo* e na *História do Futuro, Esperanças de Portugal e Quinto Império do Mundo*, cujos títulos foram sem dúvida sugeridos pela obra de Manassés ben Israel, intitulada *Esperança de Israel*, como propôs António José Saraiva<sup>31</sup>. Há, sem dúvida, matérias tratadas, ou apenas projectadas, na *História do Futuro* que foram retomadas na *Clavis Prophetarum*. Dou um exemplo. A questão: «Se este Império de Cristo no Mundo é espiritual ou temporal», em torno da qual giram os capítulos III, IV, V e VII do projecto do Livro II da *História do Futuro*, veio a formar o capítulo IV do Livro I da *Clavis*: «Vtrum Regnum Christi spirituale sit, an temporale». Como se vê, não é apenas a língua e a arrumação da matéria que são diferentes; é também o ponto de vista: é bem evidente que «Império de Cristo» na *História do Futuro* foi substituído por «Reino de Cristo» na *Clavis Prophetarum*. E isso não foi por acaso. Além disso, em parte nenhuma da restante obra profética há desenvolvimentos com o alcance do capítulo em que se trata da restauração das cerimónias e dos sacrifícios judaicos, que tinha em vista acabar com a condenação dos cristãos-novos judaizantes e abrir as portas à conversão dos Judeus. Neste e em muitos outros aspectos a *Clavis* representa, de facto, uma grande visão teocêntrica sobre a filosofia da história, fortemente apoiada em argumentos escriturísticos, patrísticos e teológicos. Cerca de dez anos separam a redacção da *História do Futuro* da do núcleo essencial da *Clavis Prophetarum*. E nesses dez anos muita coisa mudou na visão messiânica do Padre António Vieira, com total abertura ao sentido da universalidade do Reino de Cristo Consumado, que é a Igreja.

<sup>31</sup> António José Saraiva, «António Vieira. Menasseh ben Israel et le cinquième empire», *Studia Rosenthaliana* 1. 1972.